



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

MELISSA CAROLINA DA SILVA COSTA NOVACOV

**A CRIANÇA E O LIMITE: QUESTIONAMENTOS
ACERCA DA INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE**

ARIQUEMES – RO

2018

Melissa Carolina da Silva Costa Novacov

**A CRIANÇA E O LIMITE: QUESTIONAMENTOS
ACERCA DA INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE**

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, como requisito parcial a obtenção do título de Bacharel Psicólogo.

Prof. Orientador: Ms. Ana Claudia Yamashiro Arantes

Ariquemes – RO

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Júlio Bordignon - FAEMA

N935c NOVACOV, Melissa Carolina da Silva Costa.

A criança e o limite: questionamentos acerca da infância na contemporaneidade. / por Melissa Carolina da Silva Costa Novacov. Ariquemes: FAEMA, 2018.

45 p.

Dissertação (Mestrado) - Bacharelado em Psicologia - Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.

Orientador (a): Profa. Ma. Ana Claudia Yamashiro Arantes.

1. Psicologia. 2. Infância. 3. Contemporaneidade. 4. Limites. 5. Sociedade. I Arantes, Ana Claudia Yamashiro. II. Título. III. FAEMA.

CDD:150.

Bibliotecário Responsável
EDSON RODRIGUES CAVALCANTE
CRB 677/11

Assinado digitalmente por: Ana Claudia Yamashiro Arantes
Razão: Sou responsável pelo documento
Localização: FAEMA - Ariquemes - RO
O tempo: 01-12-2018 16:35:49

Melissa Carolina da Silva Costa Novacov

<http://lattes.cnpq.br/4994595192829648>

A CRIANÇA E O LIMITE: QUESTIONAMENTOS ACERCA DA INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Monografia apresentada ao curso de graduação em Psicologia, da Faculdade de Educação e Meio Ambiente como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Psicólogo.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Orientadora: Ms. Ana Cláudia Yamashiro Arantes
<http://lattes.cnpq.br/2181183340752599>
Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA



Prof. Dr. Alessandro Eleutério de Oliveira
<http://lattes.cnpq.br/3800768997086874>
Instituto Federal de Rondônia - IFRO

Prof.^a Ms. Eliane Alves Almeida Azevedo
<http://lattes.cnpq.br/4994015719356247>
Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA

Ariquemes, 19 de novembro de 2018

Assinado digitalmente por: Eliane Alves Almeida Azevedo
Razão: Sou responsável pelo documento
Localização: FAEMA - Ariquemes/RO
O tempo: 05-12-2018 23:35:00

A meus pais, pela minha vida e incentivo na busca pelo meu lugar no mundo.

A meu esposo, por iluminar os meus dias e fazer possível eu chegar nesse lugar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a **Deus**, o dono da existência e provedor da vida. Sem Ele, eu não estaria aqui. Obrigada, **Jesus!** Você está em tudo o que eu sou e faço!

A meus pais, **Estela** e **Otto**, por terem lutado tanto para que eu tivesse a oportunidade de estudar e conhecer a vida e o mundo. Essa conquista é nossa!

Rodrigo, você é inspiração! Obrigada por sempre me fazer lembrar que sou capaz e obrigada por ser meu suporte em cada passo dado.

Aos amigos: obrigada pela motivação, pelo companheirismo e pelas risadas nos momentos certos e incertos. **Juliana, Debora, Márcio** e **Mayhara**: vocês foram essenciais!

Aos professores e colegas de curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas. Em especial, à minha orientadora Ms. **Ana Claudia Yamashiro Arantes** a quem sempre admirei e que contribuiu significativamente nessa obra.

Obrigada a todos que, de algum modo, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

“é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver e no seu morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos”

Kuhlmann Júnior

RESUMO

Esta pesquisa pretende provocar uma reflexão acerca do lugar da criança em nossa sociedade contemporânea e dos aspectos envolvidos em sua criação, principalmente referentes às dificuldades dos pais em instituírem os limites. Tal condição gera efeitos prejudiciais à criança, a qual, por não ter lidado com nenhum limite, como consequência, se vê perdida na vida em sociedade, não sabendo “se comportar” em meio aos diferentes ambientes, tendo dificuldades em lidar com regras e não havendo tolerância à frustração – preceitos básicos para a convivência com os demais indivíduos. Com isso, cada vez mais se procura retirar as crianças do convívio público e movimentos como o *childfree* surgem como solução a essa inquietação social.

Palavras-chaves: Infância, Contemporaneidade, Limites, Childfree, Sociedade.

ABSTRACT

This research aims to instigate a reflection concerning the place of the child in our contemporary society and the aspects involved in it's creation, mainly referring to the difficulties of the parents in establishing the limits. Such a condition creates harmful effects for the child, who, because he has not dealt with any limits, as a consequence, is lost in life in society, not knowing how to "behave" in different environments, having difficulties in dealing with rules and not tolerating frustration - basic precepts for coexistence with other individuals. As a result, more and more children are being sought out from public life, and movements such as childfree have emerged as a solution to this social unrest.

Keywords: Childhood, Contemporary, Limits, Childfree, Society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3 METODOLOGIA	15
4 REVISÃO DE LITERATURA	16
4.1 INFÂNCIA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO	16
4.1.1 Da família moderna a uma infância contemporânea	22
4.2 PARENTALIDADE: UM EXERCÍCIO FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO DE SUJEITOS SOCIAIS	26
4.3 O HOMEM CONTEMPORÂNEO E A CRIANÇA: O PROBLEMA DO LIMITE E ALGUNS QUESTIONAMENTOS	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende provocar uma reflexão acerca do lugar da criança em nossa sociedade contemporânea e dos aspectos envolvidos em sua criação, considerando que há uma crescente demanda atual de casos clínicos nos quais é possível perceber posturas parentais submissas ou negligentes, resultado da qualidade das relações estabelecidas na pós-modernidade. É também objetivo levantar questões referentes às possíveis consequências desse processo educacional familiar omissivo o qual, ao considerar a criança como autônoma em relação a si mesma, pode gerar prejuízos quanto às habilidades sociais destes infantes devido a uma incapacidade por parte destes em lidar com limites e frustrações.

O que despertou a elaboração do presente estudo foi uma publicação, na plataforma digital da BBC Brasil em agosto de 2017, sobre estabelecimentos comerciais adeptos ao movimento *childfree* – “livre de crianças” – cuja manchete era: ‘Não aceitamos crianças’: avanço da onda *childfree* é conveniência ou preconceito?. O artigo, escrito por Paula Adamo Idoeta, levantava uma crítica a essa tendência crescente e atual no Brasil de se proibir a presença de crianças em determinados locais de prestação de serviços como restaurantes, hotéis, resorts e até companhias aéreas, todos com a justificativa de proporcionar aos seus clientes um ambiente tranquilo, calmo e silencioso (o que a presença de crianças correndo ou chorando não permitiria).

É importante compreender que o movimento *childfree* existe desde as décadas de 70 e 80 em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Austrália e surgiu para representar grupos de indivíduos que optaram por não ter filhos. Nesse sentido, seu intuito era o de criar uma rede de apoio para casais e pessoas que não se sentiam representadas socialmente devido às pressões existentes naquele período em relação à necessidade da procriação. O termo, inclusive, emergiu para substituir o *childless* (“sem filhos”) o qual denota um tom negativo, referente a uma falta, usado para representar pessoas que não podem ter filhos - em contraste com os que não o tem por escolha própria e são livres dessa imposição. (AGRILLO; NELINI, 2008; ELY, 2010; SALYAKHIEVA; SAVELEVA, 2017).

Nesse sentido, em sua concepção original, o movimento não se referia à ideia de construir uma sociedade sem crianças através da limitação de seus espaços de convivência, mas a uma manifestação pessoal de indivíduos que preferiam seguir suas vidas sem o exercício da maternidade e paternidade, investindo em si mesmos todo seu tempo, dinheiro, liberdade, lazer e planos para o futuro (AGRILLO; NELINI, 2008; ELY, 2010). Entretanto, como supracitado, a compreensão do *childfree* parece ter sido ampliada, fazendo surgir na atualidade um nicho de mercado específico para quem não tem o desejo de experienciar encontros com os pequenos quando for jantar com amigos ou viajar (ELY, 2010).

Os questionamentos levantados aqui não terão como objetivo julgar a legitimidade ou não do exercício da livre iniciativa privada por parte dessas empresas em quererem delimitar seu público alvo (assim como é legítimo a existência de produtos com especificidades para determinados tipos de consumidores), nem tampouco questionar a escolha de não ter filhos, mas refletir as possíveis motivações por detrás do movimento que tem levado muitos adultos a afirmarem de forma clara que não gostam e não querem estar perto de crianças. Esse tipo de pensamento, levado a sério e com cada vez mais apoio, pode estar dando início a uma forma de discriminação legitimada, considerando que, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” (art. 3º) e é dever da sociedade garantir seu direito à liberdade e à convivência em comunidade (BRASIL, 1990) e isso deve suscitar o interesse da psicologia.

O que está acontecendo com as crianças para que não sejam desejadas em locais públicos? Quando essa pergunta é lançada, as respostas se dão de forma semelhante e podem ser agrupadas no seguinte conjunto de afirmações: elas não sabem se comportar, não possuem limites, elas atrapalham e irritam os demais. Ao pesquisar mais a respeito do movimento *childfree* no comércio, encontrou-se blogs e sites pessoais que traziam, além das informações e críticas acerca do assunto, os comentários dos internautas e, dentre aqueles que apoiavam a causa, era perceptível a presença desse mesmo discurso entre todos eles. As crianças, aparentemente, não estão sabendo conviver em público.

Entretanto, esse assunto provoca uma dúvida ainda anterior a essa criança: onde estão seus pais? Se a criança não está obtendo êxito em sua jornada social, o

olhar precisa se estender àqueles que são responsáveis por criá-la e por inseri-la no mundo das relações interpessoais. Dessa forma, deve-se pensar as possíveis razões geradoras dessa falha na transmissão das leis culturais a qual tem se intensificado a cada dia. Não é raro presenciar algum adulto demonstrando ojeriza com crianças em locais públicos devido certos comportamentos que elas emitem como gritos, choros e “birras”; ao mesmo tempo, os olhares se voltam para os pais e suas reações para com as ações de seus filhos nesses locais. Será que as crianças contemporâneas estão sofrendo com a inabilidade para o convívio social? Ou estarão os adultos demasiadamente intolerantes para com o comportamento infantil? Se ambas as respostas forem positivas, o porquê de isso acontecer e quais as relações possíveis entre esses dois fatores?

Para compreender melhor o contexto atual, será necessário traçar brevemente o conceito de infância do decorrer da história e pontuar as mudanças de papéis sociais nas configurações familiares: a criança sai do lugar de “cuidada e protegida” para o lugar de autoridade do lar - processo que será nomeado como “endeusamento” infantil, pois compreende arranjar a criança no centro de tudo, oferecer a ela toda autonomia sobre tomadas de decisões que envolvem os demais integrantes da família, proporcionando a realização de todas as suas vontades.

Através da teoria psicanalítica, será abordado o conceito de limite e sua importância na formação da personalidade cuja estrutura e organização são aspectos essenciais para os tipos de relações que a criança estabelecerá com seus pares no decorrer da vida. Acrescenta-se não ser possível uma reflexão dos comportamentos infantis contemporâneos sem considerar, também, os adultos que a rodeiam os quais, hoje, são caracterizados como indivíduos pós-modernos cujas relações são líquidas (termo criado pelo sociólogo Zygmunt Bauman) e assinaladas pelo intenso individualismo, marcas do sistema vigente no qual estamos inseridos.

Espera-se que, como pesquisa bibliográfica, o presente trabalho contribua para a melhor compreensão das crianças contemporâneas e de suas demandas, visto que, por ser uma reflexão nova, ainda há poucos materiais científicos a respeito (sobre o movimento *childfree*, quando se encontra algum, a temática está ligada a homens e mulheres sem filhos e não a uma tendência social relacionada ao modo de ser criança na contemporaneidade, como a presente pesquisa pretende abordar), fator que pode dificultar a formulação de intervenções eficazes no campo

do atendimento clínico infantil o qual, não raras vezes, tem se prestado a realizar psicodiagnósticos estigmatizantes que não contemplam o todo das relações existentes entre filhos-pais-sociedade.

É possível perceber tal dinâmica classificatória no crescente diagnóstico e medicalização de crianças como portadoras de algum transtorno específico – quase sempre, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) – (BARBOSA, 2011) ausentando, assim, uma reflexão crítica que perceba o contexto sócio histórico no qual a criança está inserida e, principalmente, que considere a postura e atuação dos pais na sua criação.

Talvez, as reflexões abordadas levantem mais perguntas que respostas ou, ao final, se percebam ainda algumas lacunas na correlação dos fatores – mas isso é esperado de um trabalho que pretende discutir uma temática por meio da associação de subtemas diferenciados em uma construção de ideias e pensamentos. Afinal, estar diante de uma configuração social constituída recentemente não permite a cristalização de análise completa e propriamente dita.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Compreender os modos de ser criança na contemporaneidade e as implicações na vivência em sociedade diante da ausência de limites.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Entender a infância através de uma perspectiva histórica;
- ✓ Descrever o exercício da parentalidade reconhecendo a importância da instituição de limite;
- ✓ Refletir sobre a criança contemporânea.

3 METODOLOGIA

Com a finalidade de analisar a temática proposta, o presente trabalho se pautou na investigação de publicações científicas nas bases de dado Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (Scielo), além de materiais do acervo pessoal da acadêmica, da professora orientadora e da plataforma online da Biblioteca Julio Bordignon, configurando um modelo de pesquisa bibliográfica. Os descritores utilizados na busca foram: Infância na contemporaneidade, Limites, Complexo de Édipo, Parentalidade e Movimento *childfree*.

Foram coletados cerca de 80 materiais na forma de artigos, livros, revistas eletrônicas, monografias e dissertações, dos quais foram utilizados 39 para a presente monografia, considerando que aqueles excluídos ou não contemplavam como um todo a proposta da pesquisa, abrindo discussões que fugissem dos objetivos elencados, ou traziam informações já encontradas de forma mais completa em outros materiais. A data das publicações não foi considerada como critério de inclusão e exclusão, visto que a pesquisa abordou o tema da infância a partir de recortes históricos, mesclando, dessa forma, tanto publicações clássicas já respaldadas na literatura científica, quanto publicações mais recentes, a fim de se valer de uma análise das mudanças ocorridas.

Dos 38 materiais utilizados na elaboração do trabalho, constam-se: 21 artigos nacionais, 2 de língua estrangeira (inglês), 10 livros, 2 monografias, 2 dissertações, 1 anais de congresso, 1 trabalho de colóquio, 1 projeto de lei e 1 reportagem online.

4 REVISÃO DE LITERATURA

Hoje em dia, lida-se com a infância de uma maneira jamais vivenciada pela sociedade antes; as crianças experienciam seu processo de crescimento amparadas por uma série de especificidades atribuídas unicamente a elas e são inúmeras as adaptações que são realizadas com foco a atender suas necessidades: ambientes, comunicação, alimentação, lazer – todos devidamente arranjados visando o bem-estar, desenvolvimento, conforto e segurança desses pequenos seres (BARBOSA, 2011). O mundo infantil é foco de estudo de diversas áreas da ciência e existem muitos profissionais especializados em desvendar as particularidades dessa primeira fase da vida e passar seu conhecimento adiante para que, cada vez mais, as crianças possam ser compreendidas, ajudadas e estimuladas.

Psicólogos, pedagogos e pediatras surgem nesse contexto como profissionais capazes de fornecer informações aos pais e à sociedade em geral sobre como se relacionar com essas pessoinhas (VILHENA et al., 2013). Nos meios de veiculação de informações, sejam impressos ou digitais, é comum e crescente a publicação de notícias que trazem especialistas para contribuir com seus conhecimentos acerca da educação de filhos ou de questões escolares; é possível encontrar páginas no *facebook* ou *blogs* pessoais que têm como assunto principal dicas sobre como tratar as crianças para que elas tenham um desenvolvimento saudável, compartilhando os mais variados assuntos desse universo considerado único.

Ao que parece, os indivíduos da contemporaneidade se preocupam em lidar da melhor forma possível com as crianças, oferecendo a elas experiências próprias de sua idade e visando proporcionar momentos de alegria e satisfação para que se tornem, no futuro, “bons adultos”. Historicamente, tais considerações singulares quanto à criança e seu processo de crescimento nem sempre foram preocupações reais dos adultos; na verdade, o próprio conceito de infância tal como o reconhecemos hoje era inexistente até à Modernidade, como será abordado a seguir.

4.1 INFÂNCIA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Philippe Ariès é considerado um dos principais autores quando o assunto é infância; o historiador francês publicou na década de 60 a obra intitulada “História social da infância e da família” (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008; RODRIGUES, 2017) a qual abriu as portas da discussão do tema, visto que, até então, praticamente nada se havia produzido cientificamente acerca da infância em um viés sociológico e histórico. Ariès, por meio desse trabalho, abriu precedentes para que a atenção no universo da investigação científica se voltasse para a criança e, a partir de suas contribuições, muitos teóricos e estudiosos começaram a pensar e pesquisar mais a respeito desse período da vida humana (LEGNANI; DE ALMEIDA, 2004; CORSARO, 2011).

Para Ariès, a infância se configura como uma realidade histórico-social, não correspondendo, portanto, a uma demanda natural dos seres humanos, mas, sim, a uma demanda da cultura vigente (LEGNANI; DE ALMEIDA, 2004). Ao estudar os itens históricos das artes e literaturas medievais, o historiador percebeu que a criança não se fazia presente nessas representações, fazendo-o concluir que a ideia da infância era inexistente nesse período e só surgira no cenário mundial ocidental no advento da era moderna (DE BONA; MAIA, 2010; CORSARO, 2011). Segundo Castro (2008), embora a percepção da diferença biológica entre adultos e crianças tenha sempre existido em todas as sociedades, ela se apresentou de forma diferente em cada contexto, fazendo com que a infância se configurasse de acordo as “condições de cada época histórica” (p. 48).

Até o século XII, não havia representação artística da infância. A criança não tinha lugar nas telas ou em outras expressões, o que faz pensar que a mesma não tinha espaço social de destaque em seu contexto; a dificuldade de vislumbrar o período da infância era tamanha que, quando se criava obras com a presença de crianças, essas eram apresentadas como adultos em miniatura, sem as formas e contornos característicos da tenra idade, e, sim, com as formas de um homem já formado em uma escala menor (ARIÈS, 1981).

A infância não era alvo de interesse para as pessoas naquela época; ela era percebida como uma fase de passagem, que logo se findava, que não tinha valores e realidade própria. Por ser a mortalidade infantil um reflexo das condições higienistas e ambientais daquele contexto histórico, a morte de uma criança era considerado um acontecimento comum - e até esperado – pelos adultos; dessa

forma, não causava intensas comoções, mas era tratada como algo natural (BARBOSA, 2011); nessa acepção, Ariès (1981, p. 56) afirma que “As pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual”.

A partir do século XIII, a figura da criança começa a ser inserida na arte por meio das representações de figuras religiosas como o menino Jesus, Virgem Maria menina, anjos “adolescentes”, bem como figuras infantis de santos como São Tiago e São João. Nos séculos XV e XVI, essa esfera infantil sagrada começa a dar espaço a crianças, poder-se-ia dizer, profanas (no sentido de não representarem mais as figuras religiosas) as quais estavam sempre inseridas no meio dos adultos; as cenas das imagens continham a criança; esta, todavia, não protagonizava a obra, mas fazia parte dela misturada ao restante das pessoas grandes. (ARIÈS, 1981).

Isso permite compreender que até o século XVI, não havia separação das atividades de adultos e crianças; estas estavam sempre envolvidas no cotidiano dos mais velhos como em festas, reuniões e nas atividades laborais; até as roupas não sofriam distinções específicas (DE BONA; MAIA, 2010). Nascimento, Brancher e Oliveira (2008) destacam para o fato de a vida ser praticamente a mesma para todas as idades, sem diferenciações claras do que era permitido ou não para cada estágio; na verdade, a própria ideia de estágio era pouco delimitada. Nessa convivência indiscriminada entre adultos e crianças, “tudo era permitido, realizado e discutido na sua presença” (TOIA, 2013, p. 27), pois não se acreditava em uma inocência própria da figura infantil, essa era tida como criatura incapaz de pensar, racionar ou opinar; tais condições, contribuíam, possivelmente, para que as crianças estivessem mais expostas a situações de violência (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008).

Nesse ponto, é importante ressaltar um raciocínio que o próprio Ariès se preocupou em esclarecer em seu trabalho: o fato de não existir um sentimento próprio referente à infância não significava que as crianças eram maltratadas ou desprezadas. Elas eram, sim, alvo de afeição e cuidado pelos adultos; entretanto, não havia o reconhecimento dessa fase como uma categoria específica que merece tratamentos especiais como a compreendemos nos dias de hoje (PINTO, 1997; CORSARO, 2011). Segundo os autores, na Idade Média, quando se atingia uma idade em que o indivíduo não mais precisava de cuidados integrais (cerca de 7 anos), sendo capaz de abstrair em certo grau a realidade a seu redor e a si mesmo, ele já se inseria no mundo dos mais velhos, principalmente a partir do trabalho.

Ariès (1981) descreve que no século XVI surge o retrato da criança morta o qual simboliza um marco na história da relação sentimental dos adultos para com os infantes. O que surgiu como algo raro, materializado apenas nos túmulos, se multiplicou no século XVII, fazendo emergir um desejo de se perpetuar a imagem da infância através dos retratos das crianças que, agora, apareciam sozinhas e representando elas mesmas. O autor destaca que “Cada família agora queria possuir retratos de seus filhos, mesmo na idade em que eles ainda eram crianças. Esse costume nasceu no século XVII e nunca mais desapareceu” (ARIÈS, 1981, p. 61). O autor ainda expressa que, embora as condições demográficas não tivessem sofrido significativas alterações nesse período, refletindo índices altíssimos de mortalidade infantil, foi como se somente então as pessoas pensassem nas crianças como seres humanos de fato, contendo uma alma e personalidade, dignas de sensibilidade (visão advinda dos ideais cristãos mais introjetados naquele período).

Ariès (1981) dedica um capítulo inteiro de seu livro para o tema referente às roupas das crianças; a vestimenta infantil foi um marco no estabelecimento da separação dos adultos e crianças o que, a princípio, ocorreu apenas com os meninos e só posteriormente as meninas foram inseridas nessa diferenciação. Desde o final do século XVI, então, as crianças começaram a usar trajes próprios para sua idade, exibindo uma preocupação em distingui-las dos adultos, manifestando uma necessidade não percebida durante toda a época medieval, a saber, a de afastá-las daqueles já crescidos. Isso significou um reconhecimento da infância como uma vivência separada, possibilitando as mudanças nos sentimentos em relação às crianças que se estabeleceriam na sociedade nos séculos seguintes.

É a partir do século XVII, então, que essa separação entre a vida adulta e a vida infantil se instaura mais significativamente (PINTO, 1997; TOIA, 2013). Corsaro (2011) destaca que esse período é marcado pelo sentimento de moralização o qual surgiu como uma reação negativa ao sentimento de “paparicação” (Ariès, 1981) emergido no século anterior; essa moralização buscava afirmar a necessidade de educar a criança, um ser considerado inocente e puro (inocência essa a qual deveria ser preservada, evitando contato com a sexualidade dos adultos – antes, vivenciada na presença deles indistintamente), mas que, ao mesmo tempo, precisava de disciplina, treino e educação para se tornar um ser humano “adequado”. A infância

era vista, segundo Nascimento, Brancher e Oliveira (2014, p. 52), como “a idade da necessidade de proteção, que perdura até os dias de hoje”.

Contudo, Ariès (1981) ressalta que essa família do século XVII ainda não era a família moderna, pois, embora a criança já tivesse um lugar de destaque dentro do arranjo familiar, sendo alvo de preocupação e cuidado (principalmente, quanto a seu futuro), ela não era o centro da dinâmica da casa. Essa família ainda era marcada pela grande socialização, cujas relações eram vividas publicamente e o contingente de pessoas que circulava na vida familiar era extenso. Andrade (2010) afirma que, nesse período, não havia a privacidade e até a educação das crianças era estendida ao meio social; “Tudo ocorria no movimento de uma vida coletiva e as famílias conjugais se diluíam nesse meio” (p. 49).

Toia (2013) aponta que foi no século XVIII que a infância como a conhecemos de fato se instaurou. A família se desapegou de sua sociabilidade intensa, se organizando de forma mais íntima e privada; a própria estrutura da casa sofreu modificações com a introdução de cômodos separados e particulares que protegiam a individualidade e privacidade de cada sujeito, ao passo que se criou uma intimidade maior para seus membros, agora em menor número, representados pelos pais e suas crianças (ARIÈS, 1981). Isso fez com que um novo sentimento surgisse na família, resultando em uma aproximação maior entre pais e filhos e uma preocupação maior daqueles quanto à saúde e educação destes (ANDRADE, 2010).

Contudo, é necessário destacar que todas essas mudanças até aqui delineadas relacionadas à criança e seu papel na família e sociedade até o século XVIII só ocorreram nas famílias de classe alta, pertencentes à aristocracia e, principalmente, à burguesia. As crianças das camadas mais pobres continuaram imersas nos sentimentos mais antigos da infância, com pouca separação da vida adulta e responsabilizadas com o trabalho desde cedo - o que continuaria por muito tempo. (ARIÈS, 1981; PINTO, 1997; DE BONA; MAIA, 2010). Ariès (1981), entretanto, também destaca que o sentimento da infância constituído nesse século se manteria sem muitas mudanças até os dias de hoje e que a maior mudança seria ela se estender, pouco a pouco, a todas as camadas sociais, passando para uma realidade universal (embora constituindo diferenças entre as classes).

Com o advento da Revolução Industrial, Revolução Francesa, desenvolvimento do capitalismo e do processo de urbanização, o Estado assumiu

uma maior preocupação com a população e, em especial, com as crianças, considerando que essas seriam os futuros atores do sistema de mercado. De Andrade (1998) traz que as políticas públicas começaram a ser instituídas visando garantir adultos saudáveis, instruídos e produtivos; o governo passou a ter interesse no bem-estar das crianças (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008) e, conforme Pinto (1997), os ideais iluministas difundiram a igualdade dos direitos entre os indivíduos, influenciando o acesso à educação por todos os sujeitos.

A instituição escolar, que anteriormente era reservada apenas a alguns que exerceriam funções religiosas, a partir da modernidade, se tornou agente essencial na preparação das crianças para a vida adulta administrada pelo Estado. (BARBOSA, 2011). Ariès (1981) ressalta que a escola e a família foram os responsáveis pela separação total da criança do mundo dos adultos e, na modernidade, isso se deu de maneira completa devido às novas configurações que ambas adquiriram: a educação, agora institucionalizada, se volveu extremamente repreensiva e disciplinadora, ao mesmo tempo em que a família se tornara mais sentimental e afetuosa; o amor materno surge nesse período e sobre isso destaca Rocha (2002) ao descrever o descaso para com a vida das crianças antes do século XVII e o quanto eram expostas a situações de perigo, sendo comum o hábito de “jogar fora” bebês. Sobre tais mudanças, Ariès (1981) afirma que, à criança moderna “infringiu-lhe o chicote, a prisão [...] mas esse rigor traduzia um sentimento muito diferente da antiga indiferença: um amor obsessivo que deveria dominar a sociedade a partir do século XVIII” (ARIÈS, 1981, p. 278).

A sociedade industrial capitalista valorizava a razão e o conhecimento frutos do iluminismo; as crianças, nesse cenário, assumindo um papel social de fato, deveriam ser instruídas desde a tenra idade sobre as ciências e os saberes, a fim de alcançarem as habilidades necessárias para enfrentar o mundo de produção (ROCHA, 2002; ANDRADE, 2010). Essa transmissão de conhecimento não mais pertenceria à família, mas à escola; a família se envolveria no processo se preocupando em garantir o acesso de seus filhos à educação formal (BARBOSA, 2011) e o Estado, através da criação das escolas públicas. A escola se tornaria o ambiente social da infância, e ser criança, a partir de então, seria sinônimo de ser aluno (ANDRADE, 2010); De Bona e Maia (2010) falam sobre a importância dos internatos os quais se multiplicariam até o século XX.

É possível perceber uma transição da liberdade experimentada anteriormente pela criança quando, nos tempos medievais, ela tinha uma convivência social direta com adultos, com os quais aprendia, desde os primeiros anos, por meio da participação em seus mais variados afazeres e atividades, para um crescimento cerceado e limitado nas esferas da sociabilidade e possibilidades presente a partir da era moderna (ANDRADE, 2010). A perda da liberdade da criança se deu ao passo que surgiu um sentimento de afeição e cuidado para com ela; ou seja, o sentimento da infância na modernidade é criado com base na instituição de limites. Contudo, a respeito disso, Nascimento, Brancher e Oliveira (2008) afirmam que a criança moderna é restrita em sua experiência social, mas, pela educação e escolarização, tem acesso ao conhecimento (proporcionado pela alfabetização) antes domínio apenas das pessoas adultas; Rodrigues (2017), em uma leitura mais contemporânea da infância, considera o que Neil Postman formulou em sua teoria da infância: que é justamente o acesso das crianças ao conhecimento desde a pouca idade o fator que vai provocar, a partir de meados do século XX, o desaparecimento da infância, visto que os limites se vão desaparecendo. Sobre isso:

Coontz (1997) afirma que, durante grande parte da História, as crianças não foram excluídas dos conhecimentos e da participação no mundo dos adultos. Depois, foram excluídas de ambos. “Agora, tentamos excluí-las da participação, mas não conseguimos excluí-las dos conhecimentos, situação muito mais anormal”. (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008, p. 58)

Sobre essa separação espacial cada vez mais acentuada da criança nos espaços de convivência nos dias de hoje, o presente trabalho abordará mais adiante. Por agora, ainda é preciso compreender melhor a passagem da infância moderna para a infância contemporânea a qual será melhor explicada através da contextualização histórica da transformação dos papéis de gênero na família a partir do século XX.

4.1.1 Da família moderna a uma infância contemporânea

A modernidade instituiu o modelo de família burguesa urbana que perdurou hegemônico até meados do século XX à qual popularmente se nomearia “família tradicional” – pai, mãe e filhos. Diz-se “popularmente” porque Roudinesco (2003) trata em sua análise histórica que a família tradicional seria anterior a esta, presente

antes do século XVIII e cuja característica principal era a instituição do casamento como um contrato arranjado entre os pais com objetivos de perpetuar um patrimônio não levando em conta questões afetivas dos candidatos a noivos. Após essa, haveria a família moderna e, então, a partir dos anos 60, se instituiria a família contemporânea ou pós-moderna.

A família moderna surgiu marcada pela presença do “amor romântico” (ROUDINESCO, 2003) e de uma afetividade marcada pela intimidade do mundo privado; em sua configuração nuclear, havia papéis de gênero bem demarcados os quais apontavam para uma hierarquia patriarcal fortemente estabelecida. Considerando a mudança da figura da criança a qual se tornara, na modernidade, alvo de cuidado e preocupação (principalmente, nos quesitos saúde e educação), à mulher foi dada a função de se dedicar no exercício desses cuidados; ela seria a responsável, então, pelas atividades domésticas e criação dos filhos, enquanto ao homem se daria o mundo exterior ao lar através de sua responsabilidade em sustentar financeiramente a família por meio do trabalho. (ANDRADE, 2010).

De Bona e Maia (2010) destacam para o papel de primazia que o pai ocupava na família; as autoras afirmam que era ele quem dominava a dinâmica familiar, tudo acontecia por causa dele e as crianças ocupavam apenas o papel de coadjuvantes (embora tivessem seu lugar de importância, como já foi elucidado anteriormente) devendo obediência e respeito à sua figura de autoridade. Caldana (1998) acrescenta que é com a família burguesa que o amor materno idealizado se instala no imaginário social, amor este que se apresentaria como natural à mulher, enquanto ao homem se construiria a imagem da autoridade e disciplina. Segundo Burd (2016), foi com a família burguesa que os padrões de higiene que temos hoje foram definidos e que a amamentação se tornara algo valioso, juntamente ao envolvimento afetivo e emocional mãe-bebê - o que contribuiu para a diminuição da taxa de mortalidade infantil. Em relação à experiência da sexualidade, cabia à relação dentro casamento apenas a função de reproduzir, separando o prazer da atividade sexual o qual era buscado fora do matrimônio pelos homens, enquanto às mulheres era negado totalmente.

Caldana (1998) coloca em evidência as inúmeras transformações ocorridas no século XIX das quais se resultariam, não repentinamente, intensas mudanças no cenário social e político no século seguinte, modificando a estrutura da própria

família. Conforme a autora, tais transformações foram decorrentes do crescente movimento de urbanização e do individualismo advindo da lógica capitalista (para a qual todos os indivíduos são sujeitos de mercado), além da incorporação cada vez maior dos ideais iluministas de igualdade. Foi nesse século que a medicina social avançou, que os regimes escravocratas passaram a ser abolidos, que a proclamação da República se deu no Brasil e que o processo de industrialização alavancou dentro do sistema econômico.

Segundo Zanetti e Gomes (2009), foi no século XX, então, que a família lidou com um desestruturar de suas bases modernas fazendo nascer sua configuração contemporânea – ou melhor, suas configurações, pois a contemporaneidade irrompeu construindo novas formas de se relacionar e conviver em família. As Grandes Guerras, a saída da mulher para o mercado de trabalho, o movimento feminista nos anos 60 e as demais lutas civis de direitos humanos do período fizeram com que a família tivesse que se adaptar a essas novas condições.

Com a busca da igualdade de gênero, a mulher assumiu um novo papel social, deixando a vida doméstica em segundo plano e dedicando seu esforço em alcançar sucesso profissional e acadêmico. Ela “sai de casa” e conquista direito ao voto, direito ao divórcio, direito à liberdade sexual, direito ao controle da reprodução (com as pílulas anticoncepcionais) e demais condições de liberdade e afirmação que se foram cristalizando durante todo o século XX e influenciaram intensamente os modos de ser família (ZANETTI; GOMES, 2009).

Começaram a surgir novas formas de família legitimadas (monoparentais, reconstituídas, homoparentais, adotivas, união estável, entre outras) porque o próprio conceito de casamento mudou (BURD, 2016); Roudinesco (2003) explica que o casamento contemporâneo é caracterizado pela união de duas pessoas que possuem laços afetivos e que buscam o prazer sexual e o estreitamento da relação; regido pelo afeto, o casamento se torna uma união duradoura somente enquanto houver equilíbrio e satisfação para ambos os cônjuges, não se apresentando mais como de caráter eterno (CEZÁRIO, 2012) e separando-se a conjugalidade da parentalidade (HURSTEL, 2006).

De acordo com De Bona e Maia (2010), a partir do século XX, então, os papéis dentro da família começaram a se inverter, pois com a inserção da mulher no mercado de trabalho, juntamente com a normatização dos divórcios e separações

conjugais, as relações matrimoniais se tornaram frágeis e a criança passou a ocupar o lugar central da família. Caldana (1998) afirma que, atualmente, a criança passou a adquirir um status maior que a do adulto, ocupando uma posição privilegiada na qual todos se preocupam com o seu bem-estar e com sua felicidade; houve uma diminuição da distância que a separa do adulto; a autora fala em uma “suavização” da relação entre pais e filhos e do estabelecimento de uma família com sentimentos igualitários, na qual os sujeitos são considerados iguais enquanto indivíduos; dessa forma, a estrutura hierárquica familiar vai se esfacelando, tanto na relação entre homens e mulheres quanto na relação adulto-criança.

Uma questão muito importante que emerge na contemporaneidade e que vai influenciar sobremaneira o modo de se relacionar com a criança dentro da relação familiar abalando, inclusive, os papéis materno e paterno, é a soberania do conhecimento científico acerca da própria criança. Zanetti e Gomes (2011) alertam para o quanto os saberes especializados tomaram conta do imaginário popular a partir do século XX, provocando dúvidas na capacidade dos próprios pais em educarem seus filhos, pois as publicações científicas passaram a ditar como criar, como disciplinar e como lidar com as crianças. As autoras ressaltam que essa “interferência” gerou como consequência um sentimento de insegurança parental ao mesmo tempo em que contribuiu para uma perda do sentimento de autoridade em relação aos próprios filhos; a partir de então, cada vez mais, a responsabilidade pela educação e cuidado das crianças passaram a ser “terceirizados” (DOS SANTOS; FREITAS, 2016) – até porque, isso acabou sendo percebido como vantajoso a esses pais que preferem, em tempos de consumismo, dedicar seus esforços na busca por condições financeiras cada vez maiores.

Todas essas transformações geraram diversas mudanças na forma de lidar com a infância; se por um lado, foi positivo o fato de os laços parentais se tornarem mais íntimos, havendo um movimento em que pais e filhos vivenciam uma experiência de amizade e confidencialidade e, segundo Barbosa (2011), as decisões passaram a ser tomadas em conjunto, fazendo com que as punições físicas diminuíssem em detrimento da conversa e do diálogo; por outro lado, contudo, a autora chama a atenção para um declínio da autoridade parental (a qual se tornou uma queixa comum na contemporaneidade) (HURSTEL, 2006) concomitante a

sentimentos de confusão que a família começou a experimentar frente a esses novos papéis em sua configuração.

Zanetti e Gomes (2011) destacam a tendência de as crianças hoje reivindicarem seu lugar de direito esquecendo-se, entretanto, da condição dos deveres. Barbosa (2011) aponta que a criança contemporânea assumiu um lugar de protagonismo antes nunca vivenciado na história e esse sentimento de autonomia e onipotência potencializado pela ausência de limites por parte dos pais pode, segundo Zanetti e Gomes (2009), prejudicar as relações sociais futuras de uma geração que foi criada com uma liberdade “de caráter duvidoso” (p. 199) que destituiu a responsabilidade pessoal perante o outro, visto que a imposição de limites é o que permite a vida cultural e comunitária.

Percebe-se, portanto, que a mudança da infância está relacionada com a mudança da própria família a qual se transformou a fim de se adequar aos tempos e contextos sociais (PINTO, 1997); a história da infância só é possível se pensarmos em uma história da família e, mais especificamente sobre a história do que é ser pai e ser mãe no decorrer das épocas, pois o modo de perceber a criança só mudou quando o modo de exercer a parentalidade mudou, pois foi o adulto quem deu forma ao significado da infância e é ele quem a está ressignificando nos dias de hoje. Diante disso, é importante compreender esse papel parental e as questões que o cercam, refletindo sobre a importância dos limites e as dificuldades atuais dos pais em exercerem seu papel de autoridade.

4.2 PARENTALIDADE: UM EXERCÍCIO FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO DE SUJEITOS SOCIAIS

Segundo Zornig (2010), o termo parentalidade surgiu na literatura psicanalítica francesa nos anos 60 para representar os processos existentes na relação pais-filhos. Ou seja, tal termo se refere ao exercício de ser pai (pai e mãe) caracterizado pelo desejo em relação ao filho e às influências e mudanças que são produzidas por esse desejo na constituição de sua subjetividade. A autora destaca o fato de a parentalidade ser uma realidade anterior ao nascimento de um filho, é um

processo que começa ainda na infância desses pais, através de suas próprias experiências enquanto crianças e enquanto filhos.

Veludo e Viana (2012) colocam que a parentalidade tem a ver com o narcisismo e se apresenta como um equilíbrio entre “o investimento narcísico e o objetual nos filhos” (p. 111), ou seja, ela reascende nos indivíduos parentais seus próprios desejos e fantasias os quais tiveram que ser abandonados devido às proibições impostas em seu curso de crescimento, mas que têm a chance de serem plenamente cumpridos agora em sua continuidade genealógica (aspecto que será melhor abordado em seguida) (BEMGOCHEA JÚNIOR; DE MEDEIROS, 2017), ao mesmo tempo em que faz nascer desejos específicos a esse filho, o qual, como trazido por Ribeiro (2016), já ocupa um lugar no imaginário desses pais, os quais traçam para ele, mesmo antes de seu nascimento, projetos e expectativas quanto à aparência, personalidade, sonhos e futuro. Ser alvo desse desejo parental é condição fundamental para o desenvolvimento saudável da criança.

Assim sendo, não é difícil perceber que um sujeito é constituído através das relações que vivencia junto à família, a qual se configura o primeiro ambiente social de qualquer indivíduo e, portanto, representa esse lugar “fundamental para a troca afetiva e a transmissão simbólica” (ZORNIG, 2010, p.455). Torres (2008) afirma que é a partir do outro que há a construção do eu, dos ideais e dos desejos; portanto, da mesma forma que os pais, como sujeitos primeiros na constituição subjetiva de uma criança, são responsáveis por proporcionarem o amor e o cuidado necessários a um crescimento ideal, oferecendo “ao aparelho psíquico em formação uma verdade que sustenta o sujeito dentro da própria história, gerando a vivência de ser amado e reconhecido” (SCHOLZ et al., 2015, p.16), eles também são os responsáveis por introduzirem os valores que inserem tal criança na cultura, estabelecendo e impondo, para tanto, os limites e as proibições que condicionam isso, que permitem esse desenvolvimento dos laços sociais. Esses autores ainda apontam que essa inserção da criança na sociedade é fundamental para seu desenvolvimento psíquico.

Contudo, em nossa contemporaneidade, devido às intensas transformações na estrutura familiar e na visão acerca da criança, bem como devido à indefinição

dos papéis paterno e materno e influência da cultura consumista¹, muitas famílias e muitos pais não estão conseguindo cumprir plenamente seu papel parental; eles se encontram em estado de incapacidade e inabilidade em inscrever o filho na condição da Lei, no lugar do “não” (HURSTEL, 2006), não dando conta de proporcionar qualquer falta - a qual é fundamental para a formação de uma consciência individual e moral. Através de um olhar lacaniano, Scholz et al. (2015) colocam que é preciso conter os impulsos da criança para que haja a possibilidade de ela criar, a partir da angústia, formas aceitáveis de se relacionar com o seu mundo externo. Sem isso, as relações com os demais indivíduos, com o decorrer da idade, poderão se dar de forma conflituosa e seu próprio funcionamento psicológico poderá sofrer com as consequências de uma ausência de delimitação egóica, resultando em uma fragilidade do “eu” (FACCHIN; CALVETTI, 2011).

Barbosa (2011) destaca que é preciso entender a constituição da criança em sua estrutura psíquica para haver completa compreensão acerca de seu desenvolvimento enquanto ser histórico-social e isso se dá através do delineamento da relação da mesma com suas figuras parentais. Como supracitado, é através do envolvimento com esses adultos primeiros e com a qualidade dos vínculos aí estabelecidos, juntamente com o estabelecimento dos lugares e papéis na dinâmica familiar, que a criança vai formar sua subjetividade (TORRES, 2008).

Acontece que, no início da vida, quando nasce o bebê, o mesmo chega ao mundo sem condições de se manter sozinho, dependendo totalmente do ambiente que o recebe; dessa forma, a princípio, ele estabelece uma ligação fusional com esse meio – o qual deve ser compreendido aqui pelo sujeito que lhe direciona os cuidados vitais, geralmente, a mãe – a ponto de não se perceber diferente dele (VELUDO; VIANA, 2012). Freud (1914/2010) em sua “Introdução ao Narcisismo” definiu que nos primeiros meses, o bebê se encontra em uma condição narcísica ilustrada por ele na figura de um rei - “Sua majestade, o bebê” (p. 25); nesse período, o bebê acha que pode ter tudo que deseja, vive sob um estado de onipotência o qual não percebe a mãe como sendo um “outro”, mas como uma extensão dele mesmo, atuando por meio do princípio do prazer (TORRES, 2008).

¹ A cultura consumista incita a continuidade do gozo e a ausência de instituições de limite em detrimento ao primado do prazer; tais prazeres que se seguem uns aos outros são impostos externamente (BARBOSA, 2011).

Nesse ponto, Freud discorre acerca dos pais. Voltando à questão do narcisismo parental citado anteriormente, o próprio pai da Psicanálise concebera a ideia de que seria possível confirmar a existência do narcisismo primário na criança através da observação da atitude dos pais para com seus filhos. Tal atitude é marcada pelo que ele chamou de “superestimação” (2010, p. 25) e configura a tendência de considerar a criança (sua criança, no caso) uma figura perfeita, negando e ocultando seus defeitos; esse movimento perante esse objeto afetivo reflete a presença dos traços narcísicos dos pais que foram deixados para trás. Nessa relação, os pais desejam impedir que a criança sofra as negações que a eles foram impostas pela cultura, não querem que ela renuncie seus privilégios em troca das exigências externas, ao passo que:

As coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que reconhecemos como dominantes na vida. Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmbito da Criação. *His Majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos (FREUD, 1914/2010, p. 25).

É importante destacar que essa atenção total da família ao bebê, com suas considerações narcísicas e desejos pelo seu completo bem-estar, é fundamental e esperada; é muito importante que, nesse período inicial, os cuidadores se dediquem ao máximo em atender todas as necessidades desse pequeno ser, considerando que ele sozinho não é capaz de o fazer, pois, conforme Ribeiro (2016), é o adulto quem nomeia e decifra as necessidades dele. Entretanto, a autora também alerta que esse estado de dedicação plena em relação à criança não deve ser permanente; à medida em que vai crescendo, é preciso que a ela seja apresentada a realidade, realidade esta na qual há pessoas diferentes, com necessidades também diferentes, e cujo o centro não é representado por ela.

Freud (1920/1996) fala que o princípio de prazer, que é o primeiro método de funcionamento do aparelho mental, presente nos bebês e persistente por algum tempo, não é eficaz e constitui certo perigo e, por isso, deve ser substituído pelo princípio de realidade; essa passagem, que se dá com a influência das pulsões de autopreservação, permite o indivíduo adiar o prazer e tolerar a frustração e só é possível se for apresentado ao sujeito “experiências desagradáveis” (p. 5) com a ressalva, do próprio autor, que sejam em “[...] um pequeno número - e de modo

algum as mais intensas”. Sobre isso, Facchin e Calvetti (2011) ressaltam que a imposição do limite (representado por tais experiências) será bem-sucedido se houver a vivência anterior do cuidado primário, das interações afetivas mãe-bebê de forma suficiente e boa, parafraseando Winnicott.

É a percepção e aceitação da realidade que configura a estrutura neurótica, enquanto a psicose, perversão e anestruturas servem-se supremamente do Id, negando a realidade e buscando substituí-la. Para a instauração da neurose, é necessário passar pelo Complexo de Édipo de forma completa, ou seja, alcançar sua supressão total, fazendo surgir, a partir de então, a instância psíquica Superego (seu herdeiro) e, com ele, a consciência moral e a possibilidade da vida em sociedade da maneira mais “ideal” possível - ou menos patológica possível - considerando que as linhas entre essas instâncias não podem ser bem definidas, como disse o próprio Freud (FREUD, 1923/1924/2011). Apesar das incertezas que sempre estarão às voltas do psiquismo e da personalidade, é certo que o senso de realidade proporcionado pela imposição do limite é essencial para a sociabilidade, a qual, por sua vez, é possível apenas pela repressão dos impulsos; esse caminho pode ser melhor compreendido se considerarmos, então, os papéis materno e paterno nesse processo desde os primeiros anos até o complexo edípico antes do período de latência.

Voltemos ao relacionamento mãe-bebê já mencionado no presente trabalho; como dito, o início da vida de uma criança é marcado pela dependência total a um outro que lhe oferece proteção, amparo e suprimento das necessidades (tanto fisiológicas, como alimento, higiene, descanso, alívio de dores; quanto afetivas, por meio do amor, preocupação, carinho, atenção, aconchego, etc.); essa dependência, a princípio, não é percebida pelo bebê como algo que vem de fora, exterior a ele, mas como uma capacidade própria, uma autossuficiência, um sentimento de onipotência chamado, então, de narcisismo primário. Nesse período, a criança não percebe a mãe como uma outra pessoa, mas, sim, como uma extensão dela mesma, confirmando essa onipotência narcísica (TORRES, 2008).

Entretanto, quando, por algumas vezes e por alguma razão, seu choro não é prontamente atendido e ele precisa esperar para ter seu desejo realizado, o bebê passa a compreender que não consegue se suprir sozinho e começa a perceber, então, na figura da mãe, a onipotência antes designada a si mesmo. Contudo,

apesar de a criança entender que essa satisfação é proporcionada, portanto, pela mãe, ele ainda é dominado pelo narcisismo primário que o faz compreender que esse outro vive para lhe servir (novamente, a metáfora do rei). Veludo e Viana (2012) descrevem que essa percepção ocorre desde muito cedo e é o que vai permitir que, em troca do amor dessa mãe, durante seu crescimento e amadurecimento, a criança passe a aceitar as restrições impostas por ela - uma tarefa pela qual irá se dedicar fundamentalmente.

É interessante, nesse ponto da explanação, esclarecer que, na psicanálise clássica freudiana, fala-se em função materna e função paterna para designar a influência parental na estruturação da personalidade dos indivíduos, concordando-se que são papéis que podem ser exercidos por outras pessoas que não os pais biológicos propriamente ditos - pois, afinal, a parentalidade está para além da consanguinidade, como afirma Zornig (2010) -, mas que assim foi compreendido levando em conta que, à época de Freud, a configuração familiar era a patriarcal nuclear tradicional – pai, mãe e filhos. Entretanto, sabe-se também, que com o advento da contemporaneidade, alterou-se substancialmente a maneira de ser família e tais mudanças, é verdade, influenciaram e estão influenciando a maneira de se exercer esses papéis, principalmente as funções referentes à figura do pai, fazendo com que a família contemporânea se encontre debaixo de uma condição de dúvidas quanto ao modo de lidar com os filhos, bem como em um momento de perda de referências, como trazem Araujo e Sperb (2009).

Mas, o que seria essa função paterna? É a função que complementa o papel materno (VELUDO; VIANA, 2012), inserindo nessa relação fusionada inicial o limite e a separação necessários que permitirão o pequeno sujeito perceber a realidade eu-outro; Barbosa (2011) fala que essa primeira ligação com a mãe é uma relação de completude e é essencial para constituir no indivíduo uma imagem interna de segurança e satisfação a qual o sustentará por toda a vida, mas é essencial que a mesma seja substituída a fim de que outras relações possam ser estabelecidas com o grupo social e é o pai (a função paterna) quem o faz por meio do “corte” da relação de onipotência entre a mãe e a criança (BEMGOCHEA JUNIOR; DE MEDEIROS, 2017).

Calligaris et al. (1994) afirmam que a mãe se encontra em um dilema no qual ela deseja ser tudo para esse filho, mas sabe, inconscientemente, que não dará

conta disso e fracassará em seu intuito, ao mesmo tempo em que sabe também que permitir à criança a satisfação de todos os seus desejos e vontades a colocará em um “confronto insustentável com a demanda social” (p. 21); então, ela apela a um outro que fará isso por ela, ela apela ao pai, à função paterna. Bomgochea Junior e De Medeiros (2017) discorrem a respeito do mesmo raciocínio dizendo que o pai entra na relação para mostrar que existe algo além do “paraíso materno” (p. 34) e, assim, também sustenta a possibilidade de a mãe educar o filho, visto que seu desejo mais profundo é o de que a criança continue sendo seu falo. Por isso, Calligares et al. afirmam que a educação se faz apesar do desejo, constituindo uma operação de recalque.

E falar de educação é falar de castração. A castração é a lei simbólica instituída no Complexo de Édipo através da figura paterna que emerge representando a proibição do incesto (TORRES, 2008; BOMGOCHEA JUNIOR; DE MEDEIROS, 2017). No Édipo, a criança se percebe com sentimentos ambíguos para com seus genitores; o menino vê o pai como seu rival, odiando-o ao mesmo tempo em que se identifica com ele e quer ser como ele, pois deseja possuir o objeto de amor que é mãe; ao perceber que a mãe é castrada, ele teme que lhe aconteça o mesmo, instaurando o complexo de castração. É o complexo de castração que encerra o Édipo nos meninos, pois é a partir dele que eles aceitam a proibição imposta pelo pai, abdicando de seu desejo, fazendo surgir a consciência moral necessária à civilidade. No caso das meninas, por já serem castradas naturalmente, não é o medo da perda do falo que as fazem concluir o Édipo, mas, sim, a angústia de castração, cuja resolução, de acordo com Freud, se daria completa quando, no futuro, engravidassem e tivessem um filho homem². (BARBOSA, 2011).

É a introjeção da lei nesse período edípiano que configura o estabelecimento da instância psíquica Superego e, também, o surgimento do ideal do ego o qual aparece para substituir o ego ideal narcisista que fazia a criança ainda se perceber em toda sua potência do período inicial da vida (BOMGOCHEA JUNIOR; DE MEDEIROS, 2017); ambas heranças edípicas são o que permitem a criança conviver socialmente. A lei – limite – que agora é produzida internamente é capaz de

² Sobre o Édipo feminino, Barbosa (2011, p. 26) destaca que “esse processo [...] se apresenta de forma vaga, incompleta e, portanto, insatisfatória”; nas literaturas psicanalíticas mais atuais, há algumas correntes teóricas que contrapõem a existência da “inveja do pênis” pela mulher.

conter as pulsões do Id e submeter-se às regras morais, possibilitando o indivíduo ser tolerante às frustrações e atuar pelo princípio de realidade (FREUD, 1924/2011). É interessante o que Torres (2008) alerta sobre a formação do superego não ser um evento isolado em si mesmo, colocando ser necessário que os pais sustentem a transmissão da cultura e dos valores por todo o processo educacional da criança para que esta seja capaz de conviver harmoniosamente entre os pares.

Diante de todas essas questões tratadas até aqui, é interessante perceber como a humanidade de um ser humano³ (sim, são coisas diferentes) depende da relação com o outro; relação essa que, no decorrer da vida, se dará de acordo com as primeiras experiências relacionais estabelecidas com os pais ou figuras parentais; ou seja, é o exercício da parentalidade, o ato de criar, educar, amar, que vai permitir à criança se perceber enquanto indivíduo e enquanto parte de uma sociedade. Essa percepção, necessariamente, é resultado de um processo de imposição de limites; Facchin e Calvetti (2011) trazem - de maneira a elucidar essa importância - que o ego da criança começa a ser formado assim que ele percebe os limites de seu próprio corpo no qual a pele exerce o papel essencial de dar forma à imagem corporal; ou seja, quando o bebê reconhece esse “não-eu” que está além de seu tecido epitelial, inicia-se aí um sentimento de unidade.

Antes de ser um “eu”, o bebê é um corpo biológico, uma carne (VELUDO; VIANA, 2012) que vai sendo subjetivado somente à medida que interage com o mundo; esse mundo está representado, nessa fase, por seus cuidadores que lhe transmitem o olhar, o desejo e a contenção de seus impulsos. Scholz et al. (2015) ressaltam que o papel parental de conter esses impulsos arcaicos, ajudando-os a lidar com as angústias advindas desses impulsos, possibilitará à criança desenvolver o senso das possíveis relações entre seu mundo interno e o mundo externo – a sociedade. Tudo isso, continua os autores, mediante o lugar que a criança assume na configuração familiar.

Na contemporaneidade, o lugar da criança na família passou de agente secundário para ator principal; esse protagonismo assumido por ela não condiz com

³ Pode-se dizer que a humanidade não é própria do nascimento biológico, mas é uma constituição adquirida por meio da cultura. Hurstel (2006) coloca que existem dois nascimentos: o primeiro, de ordem biológica, em que a criança é uma “massa de carne”, e a segunda, na qual “a criança é inscrita como sujeito no mundo simbólico humano da linguagem e da cultura” (p. 168). Sem a inscrição na cultura, as características que consideramos humanas como amar, socializar, pensar, raciocinar, desejar, não existiriam.

uma preocupação quanto a seu bem-estar e com sua formação enquanto indivíduo, mas, sim, a um processo de puro endeusamento infantil pelo qual “A Majestade o Bebê” continua a reinar eternamente e cujos súditos, os pais, se propõem a nunca lhe negar nenhuma de suas vontades. Ribeiro (2016) critica essa postura submissa e permissiva dos pais em relação às crianças (ela utiliza o termo infantolatria para caracterizar tal comportamento) afirmando categoricamente que a criança “não é um adulto em miniatura” (p. 34) e, dessa forma, não é capaz de tomar decisões por si só, pois ainda não sabe dominar todos seus impulsos.

Tal condição gera efeitos prejudiciais à criança, a qual, por não ter lidado com nenhum limite, como consequência, se vê perdida na vida em sociedade, não sabendo “se comportar” em meio aos diferentes ambientes, tendo dificuldades em lidar com regras e não havendo tolerância à frustração – preceitos básicos para a convivência com os demais indivíduos. Sobre os efeitos e possíveis razões dessa tendência contemporânea, o próximo tópico se propõe a discutir.

4.3 O HOMEM CONTEMPORÂNEO E A CRIANÇA: O PROBLEMA DO LIMITE E ALGUNS QUESTIONAMENTOS

Até aqui, foi possível compreender as mudanças pelas quais a infância passou e o quanto tais mudanças estiveram correlacionadas com a estruturação da própria família e com a transformação da sociedade no decorrer da história; os lugares sociais por onde a criança percorreu, sua saída do anonimato na Idade Média para um tímido protagonismo na Idade Moderna chegando a uma “ascendência ao trono” na contemporaneidade não estão separados da transformação do próprio homem enquanto sujeito social e, especificamente, enquanto pais.

Viu-se a importância da parentalidade e, em especial, a importância da imposição do limite que, como trazem Facchin e Calvetti (2011), é sinônimo de amor e é o que permite à criança adquirir a capacidade de se tornar um sujeito social e conviver com os demais indivíduos, inserindo-se como parte da cultura. Contudo, hoje em dia, cada vez menos, os pais têm assumido o papel de transmissores das regras sociais e as consequências têm aparecido, por exemplo, no aumento de

diagnósticos e transtornos considerados próprios da infância, pois mediante situações em que a criança surge incontrollável, ela é percebida como um problema e é conduzida para clínica psicológica e tratamentos medicamentosos (RIBEIRO, 2016).

Segundo Zanetti e Gomes (2011), a ausência de limites da criança contemporânea é assunto que tem mobilizado a sociedade a pensar sobre esse comportamento infantil; discursa-se que a geração atual é muito mais indisciplinada se comparada com as anteriores e isso tem causado certas indagações; entretanto, têm se procurado respostas olhando para a figura da própria criança, buscando condições nela naturalizadas, enquanto, conforme as autoras abordam, o que aconteceu foi que as figuras parentais enquanto figuras de autoridade sofreram e estão sofrendo com uma fragilização que tem prejudicado os processos educativos.

Uma das hipóteses levantadas por elas é a de que essa fragilização seria uma “reação violenta” (ZANETTI; GOMES, 2011, p. 495), ou seja, uma postura exagerada que emergiu com fins de combater as atitudes parentais (também exageradas) dos períodos mais antigos em que se impunham às crianças severos castigos e punições e nos quais havia um autoritarismo rígido por parte dos adultos que não percebiam esses filhos como pessoas de direitos e subjetividade; essa nova reação teria sido influenciada pelos saberes científicos e especializados que, em busca de promover melhores condições de vida a esses pequenos indivíduos, passaram a proibir, atacar e questionar essas posturas, todavia, não conseguindo diferenciar adequadamente “autoritarismo” de “autoridade”, acabando por combater ambos e por promover a criança ao papel principal das relações, deslegitimando as funções parentais de transmissão de regras e limites.

Com isso, surge no cenário atual um adulto aparentemente amedrontado diante de uma criança a quem ele teme negar as vontades e desejos; não querendo frustrá-la, deixa para ela os encargos de tomar todas as decisões, mesmo que para isso ele precise renunciar planos e compromissos pessoais (RIBEIRO, 2016). Hurstel (2006) relata o caso de uma criança de três anos que manda e desmanda em casa e os pais lhe obedecem; tudo o que ela fala é ordem e eles correspondem tais ordens com a justificativa de que “ela só tem três anos”; o autor descreve que conforme a questão ficara insustentável (e, em algum momento, sempre fica, seja em casa, na escola ou em outro ambiente social), os pais levaram a criança para

algum especialista e este a medicara. O preocupante é que este não é um retrato isolado e, sim, apenas mais uma criança que começara a tomar Ritalina dentre tantas outras que, mais dia, menos dia, se tornam vítimas da irresponsabilidade parental que as insere na medicalização como resolução de conflitos.

Ainda há outras questões que podem ser pensadas a respeito dos motivos que têm levado os pais a não conseguirem cumprir sua função de autoridade e essas têm a ver com a cultura contemporânea e o tipo de sujeito e relações que ela produz. Viu-se que a parentalidade faz emergir o narcisismo primário a partir do qual os pais percebem o filho como uma extensão de si mesmos e desejam idealizadamente que ele não sofra com as proibições que a eles foram impostas na infância; esse sentimento, no início da vida do bebê, é importante para que essas figuras de cuidado se dediquem integralmente às necessidades do bebê no período inicial de sua vida. Entretanto, como sabido também, essa dominação narcísica parental precisa ser abandonada para que os pais se permitam realizar a contenção dos impulsos necessário à percepção da criança da existência de uma realidade ao seu redor composta por outros indivíduos.

O problema se encontra quando o sistema cultural vigente incita a vivência narcísica por toda a vida (ZANETTI; GOMES, 2009). O indivíduo do sistema capitalista é levado a buscar a experiência do gozo incessante e do prazer infundável; o individualismo toma conta das relações, afetando os vínculos dentro da própria família, fazendo com que os sujeitos vivam apenas para si e anseiem por uma felicidade individual em detrimento do sentimento de comunidade e pertencimento (TORRES, 2008). Dos Santos e Freitas (2016) colocam que a lógica do consumo e mercado faz com que os sujeitos valorizem mais as coisas do que as pessoas; nesse meio, as relações são superficiais e descartáveis e as pessoas são “fetichizadas” (HURSTEL, 2006, p.165), pois são apenas objetos cujo uso permitirá o indivíduo alcançar seu prazer. Essa condição permite pensar que os pais contemporâneos, que são esses sujeitos individualistas e consumistas, não querem abdicar de seus próprios desejos ao passo que também se sentem impedidos de assim o fazerem em relação aos seus filhos. A impossibilidade do limite se consolida mediante a impossibilidade de conviverem com a frustração (SCHOLZ et al., 2015) e a geração contemporânea já carrega essa característica.

O que acontece, até então, é que todos os autores consultados para a presente pesquisa que tratam do assunto referente à parentalidade e imposição de limites afirmam, de uma maneira ou de outra, que os pais contemporâneos carregam sentimentos de culpa para com a criança; eles se recordam que a saída da mulher para o mercado de trabalho gerou uma culpa por não passar mais tempo com os filhos, fazendo-a recompensar com presentes e evitando a disciplina. Na verdade, essa dinâmica familiar de preencher o vazio da presença com brinquedos e objetos, realizada tanto pelo pai quanto pela mãe, se manteve até os dias de hoje e se apresenta de maneira ainda mais intensificada, considerando o consumismo supracitado. Nesse sistema, portanto, a ausência do limite seria motivada pela culpa parental de não ser verdadeiramente presente na criação dos filhos a qual se tornara responsabilidade de creches, babás e escolas. (ZANETTI; GOMES, 2011).

Contudo, há de se hipotetizar uma outra possibilidade: a de que esses pais contemporâneos já não sentem mais culpa alguma. Pode-se inferir que, dominados pelo narcisismo e individualismo, o ato de educar se apresenta a eles como algo muito trabalhoso e dispendioso, que demanda muito tempo, esforço e energia vital; muitos sacrifícios precisam ser feitos (sono, descanso, festas, etc.) – ao que não estão dispostos diante de uma não-recompensa a curto prazo (o imediatismo é também característica da contemporaneidade). Como esses pais, conforme Hurstel (2006, p. 171), vão ensinar os filhos “a desejar segundo as leis humanas”, ou seja, a compreender a realidade social, se eles mesmos não reconhecem as fronteiras do que é ou não permitido e se os valores, antes bem definidos dentro da família, já não existem mais, pois não se reconhece nada como permanente e durável? Segundo Torres (2008), muitos acabam não querendo mesmo assumir o papel castrador, pois consideram essa postura cansativa e exigente; eles “Trabalham muito e não querem assumir o lugar de castrar ou colocar limites” (p. 16), considerando que não seria conveniente em sentido particular.

Outra questão sobre as figuras parentais da contemporaneidade pode ser a seguinte: muitos desses tais sujeitos já nasceram e foram criados mediante a dinâmica supracitada de permissividade e afrouxamento da lei, recebendo recompensas e presentes em detrimento de frustrações e limites; com isso, não desenvolveram a capacidade de lidar com qualquer alteridade, sendo destituídos de uma percepção do outro como tão importantes quanto si mesmos – funcionamento

que comanda, inclusive, seu relacionamento com os próprios filhos (TORRES, 2008). Dessa forma, não conseguem se doar em função de outra pessoa e isso poderia justificar (ou fazer refletir) a crescente realidade de jovens pais que, “não dando conta”, delegam o cuidado de suas crianças para os avós enquanto desfrutam livremente de sua liberdade com amigos e compromissos pessoais como se não tivessem essas crianças. Para esses pais da contemporaneidade, é confortável delegar o cuidado dos filhos a terceiros.

Percebe-se, entretanto, a presença de dois sentimentos ambíguos perante essa criança contemporânea: ao mesmo tempo em que não se deseja castrá-la, frustrá-la ou interdita-la por meio de limites, impera-se o desejo de superprotegê-la, fazendo-a não entrar em contato com ambientes ou realidades que possam, de alguma maneira, provocar algum trauma (mesmo os mais simples necessários à vida cotidiana). Isso, na verdade, configura dois lados de uma mesma realidade: em busca de evitarem toda e qualquer angústia dessa criança, os pais não permitem que ela entre em contato com situações de perigo; contudo, somente conhecendo as possibilidades de perigos (que são limites) é que a criança aprende a lidar com a realidade (FACCHIN; CALVETTI, 2011).

Há uma busca, portanto, por excluir a criança da presença dos adultos através da criação de espaços específicos para sua presença, espaços esses devidamente preparados e seguros para que esse menino ou menina nunca venha a se desagradar e onde possa experimentar o máximo da alegria e prazer com toda a liberdade possível. Conhece-se bem esses locais: são os *playgrounds* existentes em cada ambiente social na contemporaneidade: restaurantes, escritórios, lojas, hospitais, igrejas; se um empreendimento quiser ser bem-sucedido na atualidade, precisa construir um espaço específico onde os pais possam deixar seus filhos enquanto desfrutam da sociabilidade com os demais adultos - e eles farão isso com a maior satisfação, pois sentem que estão proporcionando uma experiência estimulante e confiável própria à idade de seus filhos ao mesmo tempo em que não precisam se dar ao trabalho de ensiná-los a conviver nesse espaço das pessoas grandes.

Isso também é visível com o movimento *childfree* no comércio, abordado na introdução do presente trabalho. Ele surge para proporcionar aos consumidores um ambiente livre de crianças porque há muitas queixas de que as crianças de hoje não

sabem se comportar e atrapalham os momentos de convívio social; isso demonstra o reflexo da ausência dos limites na criação dos filhos os quais, ao não serem ensinados sobre como agir socialmente, se tornam indesejados em locais públicos. Entretanto, essa tendência separatista entre adultos e crianças, na verdade, só irá provocar o efeito contrário, pois quanto mais se separar a criança do convívio social, menos ela será confrontada com as regras culturais e menos os pais se sentirão na responsabilidade de inserir limites nas condutas dos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de ser criança passou por diversas transformações, visto que a infância, como uma condição cultural, sofreu as influências dos sistemas econômicos e sociais vigentes em cada período histórico. De um contexto em que não se reconhecia a infância, a criança passou a ocupar lugar de destaque e protagonismo na família contemporânea a qual, diante das intensas mudanças nos papéis do homem e da mulher e de suas diversas configurações, se viu confusa em relação ao exercício da parentalidade. Além disso, as próprias características dos sujeitos contemporâneos, a saber, sujeitos individualistas e consumistas, que vivem sob o imperativo do gozo, também contribuíram para uma fragilização dos papéis parentais quanto à imposição de limites.

É a capacidade de conter os impulsos e lidar com frustração que permite um indivíduo se relacionar com os demais sujeitos; é a família quem tem o papel de passar adiante as regras sociais e a cultura e é com a família que a criança aprende como se tornar um ser social, se tornando genuinamente humana (BARBOSA, 2011). A subjetividade do indivíduo, portanto, é formada nessa experiência familiar e viabilizada na relação parental por meio da instituição do “não” – o qual, dito nos momentos certos, simboliza o amor e cuidado dos pais para com os filhos. Destaca-se que, mediante as reflexões aqui abordadas, não se busca um retorno ao autoritarismo de outrora, mas, sim, um resgate da autoridade parental que há muito se perdeu nas relações entre pais e filhos, invadidas por discursos de igualdade que retiraram a hierarquia do seio familiar, transferindo para à criança o poder de decisão sobre tudo e todos, inclusive sobre si mesma (ZANETTI; GOMES, 2011).

Diante de famílias que não têm dado conta de exercer esse papel socializador, percebe-se uma procura por retirar do convívio público essa criança que não sabe se comportar; e esses pais, cada vez mais imersos em suas próprias buscas de felicidade e prazer, percebem essa situação como cômoda, visto que não sentem a necessidade, portanto, de ensinarem seus filhos a conviverem socialmente e possuem a solução em mãos para quando as situações, sejam na escola ou em casa, se tornarem insustentáveis: procuram tratamentos e adquirem fórmulas que

atuam diminuindo a hiperatividade, controlando a agressividade e melhorando a concentração de suas crianças.

Cabe à psicologia repensar esses processos e reformular sua prática clínica, visto que a demanda por crianças consideradas indisciplinadas e que não aprendem é cada dia maior. É certo que não se esperou, com o presente trabalho, esgotar as temáticas que aqui foram abordadas; na verdade, compreende-se que muito mais conteúdos poderiam ter sido acrescentadas ao discurso, como a influência da tecnologia na vida das crianças na contemporaneidade e como isso tem intensificado a dificuldade em lidar com o limite (os pais praticamente obrigam os filhos a usarem os aparelhos eletrônicos para deixá-los “em paz” e a criança, desde muito cedo, interage com esses objetos que incitam ainda mais a intolerância à frustração); as implicações dessa ausência de limites no ambiente escolar e nos processos de aprendizagem; a análise referente ao desaparecimento da infância por meio da adultização das crianças, entre outras possibilidades que o tema instiga.

Foi objetivo levantar uma reflexão acerca da problemática do limite, questionando as possíveis consequências de uma geração que não consegue lidar com as interdições e que, portanto, dificilmente vai conseguir construir relações sociais saudáveis, sendo mais propensa à agressividade e tirania, próprias de sujeitos imersos em um princípio de prazer eterno.

REFERÊNCIAS

AGRILLO, Christian; NELINI, Cristian. Childfree by choice: a review. **Journal of Cultural Geography**, v. 25, n. 3, p. 347-363, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/08873630802476292>>. Acesso em: 08 setembro 2018.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788579830853>>. Acesso em: 12 outubro 2018.

ARAUJO, Greicy Boness de; SPERB, Tania Mara. Crianças e a construção de limites: narrativas de mães e professoras. **Psicologia em estudo**. Maringá. Vol. 14, n. 1, p. 185-194., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722009000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 outubro 2018.

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Ed. 1981.

BARBOSA, Emanuelle Leite. “**Grandes**” filhos, “**pequenos**” pais: as novas formações estruturais da criança contemporânea junto à desvalorização parental. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2011. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/295>>. Acesso em: 10 outubro 2018.

BEMGOCHEA JUNIOR, Danilo Peres; DE MEDEIROS, Marcos Pippi. Meu filho não merece sofrer: o narcisismo parental na contemporaneidade. **Leitura Flutuante. Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise**. ISSN 2175-7291, [S.l.], v. 9, n. 1, ago. 2017. ISSN 2175-7291. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/leituraflutuante/article/view/32800>>. Acesso em: 17 outubro 2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 08 setembro 2018.

BURD, Miriam. **Novas configurações familiares**: desafios e soluções para a Terapia Familiar com Pacientes Crônicos. São Paulo: Wak, 2016, p.24-45.

CALDANA, Regina Helena Lima. A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 87-103, ago. 1998. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1998000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 outubro 2018.

CALLIGARIS, Contardo et al.. **Educa-se uma criança?**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

CASTRO, Lucia Rabello de. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, [S.l.], v. 8, n. 11, p. 47-58, out. 2008. ISSN 1678-9563. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/134>>. Acesso em: 11 outubro 2018.

CEZÁRIO, Vanessa Cardoso. Reflexos da contemporaneidade na filiação e na educação.. In: RETRATOS DO MAL-ESTAR CONTEMPORÂNEO NA EDUCAÇÃO, 9., 2012, São Paulo. **Processo online...** FE/USP, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032012000100040&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 15 outubro 2018.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. Penso. Ed.2. 2011. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325422/>>. Acesso em: 01 outubro 2018.

DE ANDRADE, Angela Nobre. A criança na sociedade contemporânea: do 'ainda não' ao cidadão em exercício. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 1, p. 0, 1998. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18811110>>. Acesso em: 12 outubro 2018.

DE BONA, Viviane; MAIA, Lícia de Souza Leão. Tecnologia e infância: ser criança na contemporaneidade. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3812>>. Acesso em: 09 setembro 2018.

DOS SANTOS, Ariane Cristina Alves; FREITAS, Patrícia Maria De Lima. A falência da autoridade parental na família contemporânea. **Revista Uningá Review**, [S.l.], v. 28, n. 1, jan. 2016. Disponível em: <<http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1842>>. Acesso em: 27 outubro 2018.

ELY, Roberta Salengue Bins. O comportamento do consumidor childfree em Porto Alegre. **Revista da Graduação**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/6734/0>>. Acesso em: 09 setembro 2018.

FACCHIN, Tatiana Helena José; CALVETTI, Prisca Ücker. Quando o não é sinônimo de amor. **Psico**, v. 4, n. 1, p. 16-22, mar. 2011. Porto Alegre. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/5861>>. Acesso em: 18 outubro 2018.

FREUD, Sigmund. **Obras completas**, volume 16: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos (1923-1925) / tradução Paulo César de Souza — São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Disponível em: <

<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/13032.pdf>>. Acesso em: 23 outubro 2018.

_____. **Obras completas**, volume 12: Introdução ao narcisismo, Ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916) / tradução Paulo César de Souza — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1920-1922). Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVIII.

HURSTEL, Françoise. Autoridade e transmissão da "dívida de vida": Uma função fundamental dos pais. **Epistemo-somática**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 163-173, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-20052006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 outubro 2018.

IDOETA, Paula Adamo. 'Não aceitamos crianças': avanço da onda childfree é conveniência ou preconceito? **BBC Brasil**. São Paulo. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nao-aceitamos-criancas-avanco-da-onda-childfree-e-conveniencia-ou-preconceito/>>. Acesso em: 27 junho 2018.

LEGNANI, Viviane Neves; DE ALMEIDA, Sandra Francesca Conte. A construção da infância: entre os saberes científicos e as práticas sociais. **Estilos da Clínica**, v. 9, n. 16, p. 102-121, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v9i16p102-121>>. Acesso em: 10 outubro 2018.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Contexto & Educação, Editora Unijuí**, v. 23, n. 79, p. 47-63, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2179-1309.2008.79.47-63>>. Acesso em: 13 outubro 2018.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. **As crianças**: contextos e identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

RIBEIRO, Maria Mazzarello Cotta. Infantolatria: atualização do infantil na operação de interdição. **Reverso**, v. 38, n. 72, p. 33-37, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0102-73952016000200004&script=sci_abstract&lng=en>. Acesso em: 09 setembro 2018.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz. História da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes. **Analecta**, v. 3, n. 2, p. 51-63. Paraná, 2002. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/292993991>>. Acesso em: 12 outubro 2018.

RODRIGUES, Adriana Aparecida. A infância na visão de Philippe Ariès e Neil Postman. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS: REPENSAR A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO,

PENSAR A POLÍTICA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 09, 2017, Uberlândia/MG, **Anais...** Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/COPEHE/50522-A-INFANCIA-NA-VISAO-DE-PHILIPPE-ARIES-E-NEIL-POSTMAN>>. Acesso em: 02 outubro 2018.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SALYAKHIEVA, Liliya Maratovna; SAVELEVA, Vladimirovna Saveleva. Childfree as a Social Phenomenon: Russians' Attitude to Voluntary Childlessness. **Journal of History Culture and Art Research**, v. 6, n. 4, p. 531-537, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7596/taksad.v6i4.1144>>. Acesso em: 08 setembro 2018.

SCHOLZ, Ana Luíza Tomazetti et al.. O exercício da parentalidade no contexto atual e o lugar da criança como protagonista. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 44, p. 15-22, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372015000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 outubro 2018.

TOIA, Patrícia Vieira de Souza. As mídias e os modos de ser criança e se relacionar com a infância na contemporaneidade. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1259>>. Acesso em: 10 outubro 2018.

TORRES, Carolina de Souza Rodrigues. **Filhos que mandam em seus pais: o declínio da autoridade nas famílias contemporâneas**. Monografia (Especialização) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php>>. Acesso em: 09 setembro 2018.

VELUDO, Cássio Marcelo Batista; VIANA, Terezinha de Camargo. Parentalidade e o desenvolvimento psíquico na criança. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 51, p. 111-118, abr. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2012000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 outubro 2018.

VILHENA, Junia de et al. Cuidado, maternidade e temporalidade: repensando os valores contemporâneos da eficiência. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 28, p. 111-127, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952013000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 outubro 2018.

ZANETTI, Sandra Aparecida Serra; GOMES, Isabel Cristina. A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. **Psico**. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 2, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5161567>>. Acesso em: 13 outubro 2018.

_____. A "fragilização das funções parentais" na família contemporânea: determinantes e consequências. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 491-502, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 outubro 2018.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanalítico**, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382010000200010>. Acesso em: 09 setembro 2018.